ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Como indicado na Apresentação, este número do Boletim traz uma interessante novidade na análise do mercado de trabalho metropolitano: a ampliação da sua abrangência para sete regiões metropolitanas (RMs)[1] com a inclusão da RM de Curitiba (RMC)[2] às tradicionais seis RMs levantadas e divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A adoção de Curitiba na análise faz a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) representar 24,7% de toda a população ocupada no país e 25,7% de toda a sua População Economicamente Ativa (PEA).

A RMC tem algumas características peculiares em relação ao mercado de trabalho. É detentora de umas das menores taxas de desemprego – em abril foi a terceira menor,[3] só perdendo para Porto Alegre e Rio de Janeiro – mesmo tendo maior pressão da taxa de participação (o maior nível desse indicador para as sete RMs). Outra singularidade do mercado de trabalho na RMC é a maior participação do emprego com carteira no seu total de ocupados, o que impulsiona a formalização das relações do trabalho para os maiores níveis entre todas as RMs da PME.

A análise da PME se dará, fundamentalmente, com as sete RMs agrupadas, sendo que em alguns casos será destacada a RMC[4] em função da adoção dessa região como agregada da PME pela primeira vez.

Este estudo está dividido em duas seções principais, além desta. A primeira delas contém um panorama geral sobre o mercado de trabalho, com informações sobre "seus últimos movimentos" – mês de maio de 2006 –, sem a RMC, de uma forma mais agregada com a confirmação, ou não, da continuação de algumas tendências detectadas anteriormente. Devido ao maior tempo de recebimento, processamento, cálculo e tabulação dos dados da RMC, a segunda seção deste texto traz uma análise do mercado de trabalho até o mês de abril de 2006 bastante mais aprofundada, já com a agregação da RMC. Como de costume, algumas pesquisas ou registros administrativos também serão usados na mesma seção para complementar a análise.

1. A PME do IBGE cobre atualmente seis RMs: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

2. A ampliação da PME com a adoção de Curitiba na análise só foi possível com o convênio entre o Ipea e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Sociais (Ipardes).

3. Vale notar que em março, a taxa de desemprego da RMC foi a menor de todas as sete RMs.

4. O início da série histórica da RMC foi em janeiro de 2003, impossibilitando comparações no ano de 2002, quando a PME nova foi lançada.

PANORAMA GERAL

Os dados mais recentes da PME[5] registraram o início do processo de reaquecimento do mercado de trabalho metropolitano, mesmo que de forma ainda tímida. Apesar da criação de 113 mil empregos em maio, frente a abril (no mesmo período do ano anterior foram criados 242 mil vagas), o número acumulado de novas oportunidades de trabalho nos últimos 12 meses caiu de 281 mil para 151 mil. A morosidade na criação de novas vagas é tamanha, que mesmo contando as novas vagas criadas no mês de maio, o nível de ocupação ainda não ultrapassou o patamar registrado em janeiro deste ano, o que nunca havia ocorrido na nova metodologia da PME.[6]

Por outro lado, continua presente o crescimento do emprego formal, em paralelo à queda de ocupações informais, configurando a expansão de empregos de melhor qualidade.[7] Todavia, com a expansão de empregos com carteira também arrefecendo em maio de 2006 – o fluxo líquido de novas vagas no acumulado em 12 meses caiu de 412 mil em abril para 303 mil em maio –, o grau de formalidade,[8] de 54,1% em abril (maior marca até então), caiu ligeiramente para 53,8% nas seis RMs.

A desaceleração na oferta de novos empregos deverá, em breve, ser revertida na esteira do maior dinamismo da atividade econômica (no 1º trimestre de 2006 o PIB cresceu mais do que no mesmo período do ano anterior), somado à possível continuação da queda da taxa de juros e dos maiores gastos do governo.

Em relação à taxa de desemprego, a queda desse indicador em 2006 tem sido cada vez mais lenta comparativamente com o mesmo período do ano anterior. O nível de 10,2% registrado em maio fez com que as curvas anuais de taxa de desocupação dos anos de 2005 e 2006 se tocassem pela primeira vez. Em todos os meses de 2006, a taxa de desemprego tinha sido sempre inferior à apurada nos mesmos meses de 2005. Admitindo-se que a taxa de participação[9] em junho se mantenha no mesmo patamar de maio (56,3%), será necessária a criação de quase 200 mil novas vagas para que a taxa de desemprego de junho de 2006 permaneça no mesmo nível de 2005, que foi de 9,4%.

Os rendimentos reais habitualmente recebidos cresceram 1,3% em maio, comparativamente ao mês anterior – é a quarta expansão consecutiva nesta comparação –, elevando a variação frente ao mesmo mês do ano anterior para 7,7% – taxa inédita. O maior crescimento dos empregos com carteira frente aos demais tem impulsionado a média dos rendimentos, uma vez que os trabalhadores desse contingente possuem maiores rendimentos do que a média de todas as ocupações.

Passamos agora a uma análise mais desagregada do comportamento das principais variáveis do mercado de trabalho até o mês de abril, incluindo a RMC.

---

5. Nas seis RMs: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre.

6. De janeiro a maio de 2005 o excedente de novas vagas era superior a 300 mil, enquanto que no mesmo período de 2006 a queda foi de 32 mil.

7. A melhor qualidade dos empregos formais está na existência de benefícios que acompanham esse tipo de ocupação: proteção pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

8. Calculado pela soma dos trabalhadores com carteira e Regime Jurídico Único (RJU) divididos pela ocupação total.

9. Calculada pela divisão da PEA pela População em Idade Ativa (PIA).

OCUPAÇÃO

O nível de ocupação nas seis RMs já vinha registrando redução do ritmo de crescimento, atingindo, em abril, a marca de 281 mil novas vagas, considerados os últimos 12 meses (ou variação de 1,4%), o que significa o menor volume até então de novos empregos segundo a nova metodologia da PME, iniciada em março de 2002. Agregando-se a RMC na análise, a mesma tendência de desaceleração se manteve: criação de 275 mil vagas em 12 meses, ou variação de 1,3%. A ocupação em Curitiba cresceu em 2004, em termos relativos, quase que sempre abaixo do total das seis RMs. No ano seguinte esse quadro se inverte: a expansão da ocupação na RMC ocorre de forma mais expressiva, empurrando, mesmo que em pequeno grau, a variação percentual total de empregos. Contudo, nos meses de março e abril de 2006 o arrefecimento da ocupação na RMC voltou a ser mais intenso. A inclusão de Curitiba na análise do mercado de trabalho metropolitano não trouxe impactos significativos na evolução da ocupação, de maneira que apenas atenua a desaceleração desse indicador ao longo de 2005, como indica o Gráfico 1.

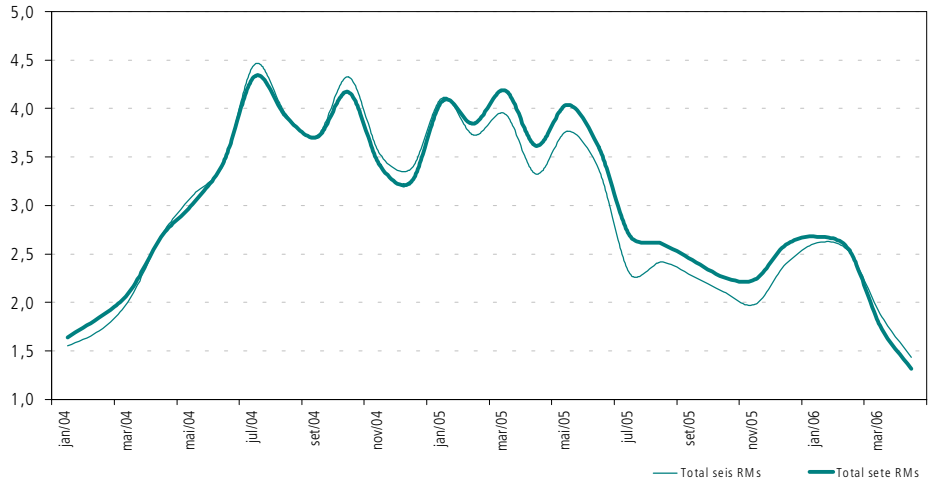
Um aspecto revelador do menor dinamismo da ocupação no início de 2006 foi o registro inédito de queda da ocupação (-163 mil nas sete RMs) nos meses de fevereiro a abril de 2006.[10] Nos períodos correspondentes dos anos de 2004 e 2005, houve, respectivamente, criação de 205 mil e 119 mil vagas, configurando-se um quadro mais aquecido do mercado de trabalho naqueles períodos.

As curvas anuais de ocupação (Gráfico 2) novamente caracterizam a dificuldade de criação de empregos no início deste ano, sobretudo nos meses de março e abril, dada a inclinação negativa da curva de 2006.

Nos anos de 2003 a 2005, as curvas nos respectivos primeiros quadrimestres possuem inclinações positivas nos meses de fevereiro ou março (ou ambos).

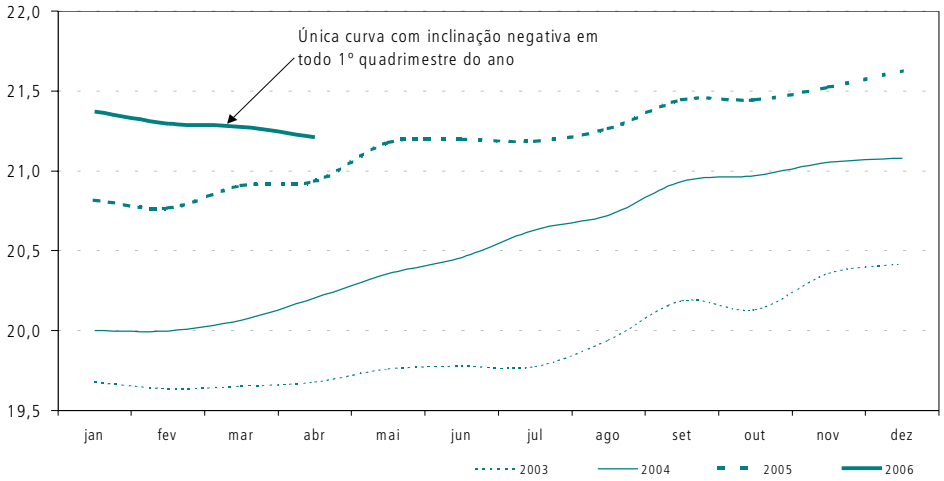
Em relação à ocupação por RM, apesar do predomínio de desaceleração da expansão da ocupação em todas as sete regiões, esse movimento ocorre em intensidades diferentes

GRÁFICO 1
VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO
[em % – ante o mesmo mês do ano anterior]



10. Retirou-se da conta o mês de janeiro pela sua característica, sazonal, de redução acentuada da ocupação. Incluindo-se esse mês, o corte de vagas seria muito superior (-471 mil).

GRÁFICO 2
NÍVEL DE OCUPAÇÃO
[em milhões]



(Tabela 1). A RMC foi a que apresentou a maior desaceleração na criação de vagas. A perda de ímpeto foi tão forte que essa RM sequer registrou aumento da ocupação nos últimos 12 meses (-0,4%). Na mesma comparação, São Paulo foi a RM que apresentou a menor variação positiva da ocupação (0,5%), haja vista a queda do número de ocupados em todos os meses de 2006, na comparação com o mês imediatamente anterior.

Por outro lado, a RM de Belo Horizonte, apesar de registrar estabilidade na criação de empregos em abril, frente ao mês anterior, teve notável expansão de 4,5% de empregos na

TABELA 1
VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS SETE REGIÕES METROPOLITANAS
[em %]

Períodos	Rio de Janeiro		São Paulo		Belo Horizonte		Recife	
	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior
1º trim. 2005	-0,3	3,0	-0,6	5,0	-3,1	2,9	-2,6	1,5
Abr./05	-0,7	0,6	0,1	5,5	1,3	2,5	-0,2	-0,5
2º trim. 2005	-0,3	0,9	1,5	4,8	3,6	4,0	1,5	1,6
3º trim. 2005	1,3	0,1	0,6	3,6	0,9	2,0	0,1	0,9
4º trim. 2005	1,1	1,8	0,7	2,2	2,2	3,4	1,7	0,7
1º trim. 2006	-0,7	1,4	-0,7	2,0	-1,5	5,2	-1,9	1,5
Abr./06	-0,2	1,5	-0,4	0,5	0,0	4,5	1,3	2,4
	Salvador		Porto Alegre		Curitiba		Total	
	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior
1º trim. 2005	-1,3	6,1	-2,6	2,5	2,3	7,1	-1,2	3,9
Abr./05	-0,9	5,2	1,7	3,3	0,1	8,2	0,1	3,3
2º trim. 2005	-0,1	5,2	3,1	4,4	1,2	8,0	1,3	3,5
3º trim. 2005	2,7	3,6	0,7	3,5	0,4	5,0	0,9	2,3
4º trim. 2005	0,9	2,2	1,6	2,8	1,1	5,1	1,1	2,2
1º trim. 2006	-0,4	3,2	-2,2	3,2	-1,8	0,8	-1,0	2,3
Abr./06	-2,0	1,9	-0,8	1,3	0,0	-0,4	-0,3	1,4

Fontes: IBGE e Ipardes.

comparação com o mesmo mês do ano anterior, caracterizando-se como a região de maior absorção relativa de mão-de-obra nos últimos 12 meses. A RM de Recife, responsável pelo crescimento de 2,4% na ocupação (ante o mesmo mês do ano anterior), foi a única que registrou aceleração da expansão de empregos em abril, frente a março.

No início de 2006 (até abril), São Paulo foi a RM que mais reduziu o emprego em termos absolutos (-140 vagas), apesar de ter registrado, em termos relativos, uma evolução da ocupação bastante semelhante à do Rio de Janeiro (ambas as RMs tiveram queda de 1,6%). A RM do Rio de Janeiro diminuiu a ocupação em 83 mil vagas no mesmo período.

Porém, em termos relativos, foram Porto Alegre e Salvador as regiões que mais retraíram a ocupação no acumulado de 2006, com quedas de 3,4% e 3,3%, respectivamente.

No tocante à ocupação por setor de atividade (Tabela 2), a inclusão da RMC não trouxe mudanças significativas[11] na composição da ocupação por setor de atividade: mesmo com algum arrefecimento da ocupação na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o setor de serviços a empresas[12] continua a demonstrar uma variação de empregos acima do total: mesmo com o registro de queda de 1,1% em abril, frente ao mês anterior, a variação ante o mesmo mês do ano anterior ficou em 4,5%, mais que o triplo do total da ocupação (1,3%).

TABELA 2
VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE
[em % – total das sete regiões metropolitanas]

Período	Indústria		Construção civil		Comércio		Serviços a empresas	
	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior
1º trim. 2005	-1,4	5,9	-1,7	-0,3	0,8	2,0	-0,9	7,7
Abr./05	-2,4	1,2	-0,7	4,0	1,4	2,5	-0,9	4,8
2º trim. 2005	0,7	3,3	0,4	5,1	0,1	2,0	-1,2	2,3
3º trim. 2005	1,8	2,0	-3,0	2,8	0,1	1,9	5,4	5,2
4º trim. 2005	1,2	2,3	4,6	0,2	1,8	2,8	1,5	4,7
1º trim. 2006	-2,5	1,2	-1,9	0,0	-1,6	0,3	-0,2	5,5
Abr./06	-2,3	0,8	-0,6	-1,2	2,2	1,0	-1,1	4,5

	Admnistração pública		Serviços domésticos		Total	
	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior
1º trim. 2005	0,2	2,8	-1,1	9,0	-1,0	4,0
Abr./05	0,5	4,3	2,7	10,6	0,1	3,6
2º trim. 2005	4,6	3,9	5,3	11,2	1,3	3,8
3º trim. 2005	-1,1	0,9	0,9	8,0	0,9	2,6
4º trim. 2005	0,4	4,1	-2,2	2,7	1,1	2,4
1º trim. 2006	0,3	4,1	0,5	4,4	-1,0	2,3
Abr./06	0,3	2,5	0,3	0,3	-0,3	1,3

Fontes: IBGE e Ipardes.

11. As mudanças ocorridas na composição da ocupação por setor de atividade, mesmo que ainda pequenas para serem anunciadas, foram: serviços a empresas com queda da participação na ocupação total, de 14,2% para 14,0%; comércio com crescimento de 19,7% para 19,9%; e indústria com aumento em sua participação, de 17,2% para 17,3%.

12. Este setor também inclui aluguéis, atividades imobiliárias e intermediações financeiras.

O setor de serviços domésticos, onde o emprego crescia com taxas de dois dígitos durante todo segundo trimestre de 2005, na comparação com o mesmo período do ano anterior, entrou em um processo de desaceleração bastante intenso da ocupação (o maior de todos os setores) até registrar em abril – na mesma comparação – relativa estabilidade (0,3%).

Já a administração pública é um setor que demonstra desempenho da ocupação acima do total das sete RMs. Mesmo registrando menor crescimento de empregos que serviços a empresas na comparação com o mesmo mês do ano anterior, esse setor foi o único que criou empregos no período de janeiro a abril de 2006 (94 mil). Vale notar, entretanto, que a criação de vagas nos primeiros quatro meses de 2006 para esse setor foi quase a metade do ocorrido no mesmo período de 2005.

O setor de construção civil, apesar de ter reduzido a ocupação no acumulado de 2006 (-3,5%) em ritmo inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior (-3,8%), ainda é o setor que teve o pior desempenho da ocupação em abril (-1,2%), na comparação com abril de 2005. O pacote de incentivos anunciado em duas etapas pelo governo[13] – no início do ano e em junho –, ainda não surtiu sensíveis efeitos no mercado de trabalho desse setor. Porém, os impactos positivos devem se tornar mais visíveis nos próximos meses, quando é esperada nesse setor uma recuperação tanto da atividade quanto do mercado de trabalho.

O setor de comércio, com uma evolução da ocupação em ritmo inferior à média das sete RMs, demonstrou em abril, na comparação com o mês imediatamente anterior, forte crescimento (2,2%) – o maior entre todos os setores – elevando a variação ante o mesmo mês do ano anterior para 1%. A continuação da queda da taxa de juros e a expansão do crédito – mesmo que em ritmo de arrefecimento – interferem de forma relativamente mais rápida na atividade desse setor do que em outros setores, como administração pública e serviços domésticos.

O mercado de trabalho da indústria também vinha mostrando variação positiva cada vez menor do emprego no acumulado em 12 meses, atingindo, em março, relativa estabilidade (0,1%), ante o mesmo mês do ano anterior. Entretanto, em abril, na mesma comparação, a expansão da ocupação voltou a crescer mais (0,8%).

Outras pesquisas sobre o mercado de trabalho da indústria corroboram a tendência captada pela PME: indicação de modesto reaquecimento. Os sinais mais positivos em relação ao maior dinamismo do mercado de trabalho na indústria vêm dos indicadores industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os quais registram crescimento do número de horas trabalhadas de 0,7%[14] em abril, frente ao mês anterior, acumulando expansão de 1,3% nos quatro primeiros meses de 2006. O nível de ocupação nesse setor começa a responder ao aumento da produção, com o crescimento de 1% no emprego em abril, ante o mês anterior. É o terceiro crescimento consecutivo nessa comparação e a maior alta apurada em um mês de abril na última década. A existência de sinais de redução significativa dos estoques entre o último trimestre de 2005 e o primeiro de 2006, somada ao crescimento do

13. A primeira etapa prevê R$ 8,7 bilhões de recursos da caderneta de poupança para crédito imobiliário, com aumento de 90% em relação a 2005. Outra medida do conjunto eleva de R$ 110 milhões para R$ 1 bilhão o volume de recursos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Somada a isso, uma lista com 40 itens de materiais de construção teve a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzida ou zerada. Como segunda etapa, mais 11 itens foram incluídos no pacote de redução do IPI: redução de 12% e 10% para 5% em oito deles e de 5% para zero nos três restantes, resultando em uma renúncia fiscal de R$ 55 milhões ao ano para o governo.

14. Na série livre de influências sazonais.

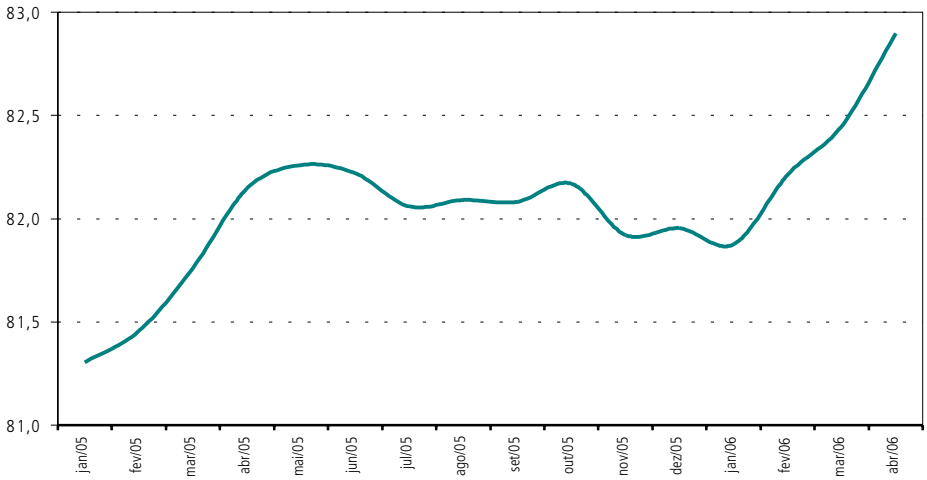
número de horas trabalhadas, indica que a criação do emprego de modo mais consistente com a produção do setor deva tomar forma em breve. O Gráfico 3 aponta o crescimento da ocupação em 2006, após a maior parte de 2005 (de maio a dezembro) ter apresentando tendência de redução.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes/IBGE) tem captado um reaquecimento do mercado de trabalho de forma mais lenta que os indicadores da CNI. Em abril houve crescimento de 0,5%, ante o mês anterior, após a queda em março de 0,3%, na mesma comparação. Apesar do crescimento no mês de abril, ainda há registro de variação negativa da ocupação de 0,9% ante o mesmo mês do ano anterior, a oitava consecutiva. É esperado, porém, que nos próximos meses haja consolidação do crescimento da ocupação na esteira da expansão do número de horas trabalhadas – esse indicador cresceu 0,5% em abril, ante março – e queda do nível de estoques não desejados do setor. A isso, acrescente-se que alguns setores da indústria têm aumentado a produtividade[15] do trabalho nesse primeiro momento (dado o maior número de horas trabalhadas), postergando um pouco o período de contratação.

A ocupação das pessoas com rendimento abaixo do salário mínimo/hora, definida como subocupação por rendimento/hora do trabalho, das sete RMs, tem um comportamento bastante singular: forte elevação desse grupo uma vez ao ano, com a redução gradual nos meses seguintes (ver Gráfico 4).

O forte salto desse contingente em períodos de aumento do salário mínimo (SM) se dá pela existência de um grande número de pessoas que possuem remuneração do trabalho muito próxima ao piso salarial, ou seja, da fronteira que separa, segundo esse critério, a ocupação da subocupação, fazendo com que qualquer elevação do SM seja suficiente para "trazer" essas pessoas para dentro do grupo de sub-remunerados.

GRÁFICO 3
OCUPAÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL
[CNI – série dessazonalizada, número índice base fixa 1992 = 100]

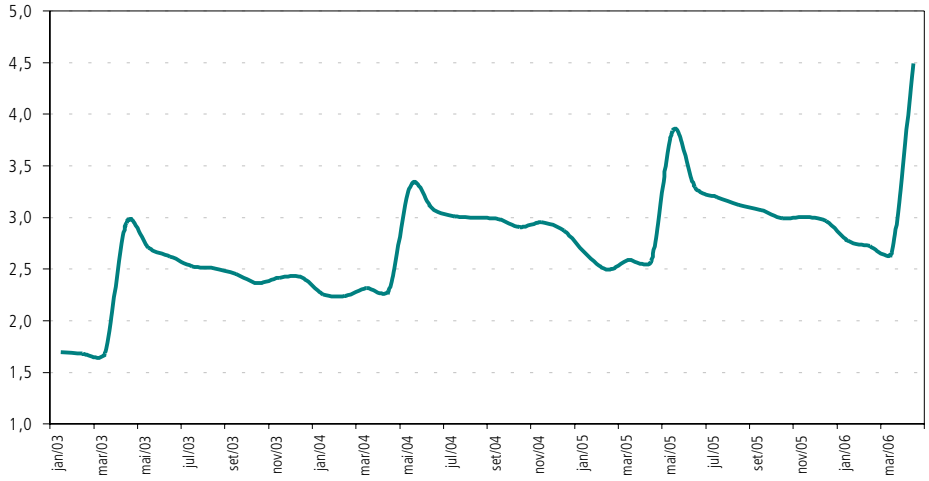


15. Medida pela razão entre produção física e número de horas trabalhadas.

GRÁFICO 4

EVOLUÇÃO DA SUB-OCUPAÇÃO POR RENDIMENTO/HORA

[em milhões]



Como em 2006 o novo valor do SM de R$ 350 entrou em vigor em 1º de abril, e não em maio, como em anos anteriores, o contingente de sub-remunerados também cresceu nesse mês.

O maior crescimento desse contingente (68,9%) em abril de 2006, quando comparado à expansão ocorrida em anos anteriores, se deu justamente pelo maior reajuste do SM (de 16,7% em termos nominais) neste ano. Após o aumento de 44,4% do número de sub-remunerados em maio de 2004, a redução desse contingente nos dez meses seguintes foi de apenas 16,5%. Em maio de 2005, o quadro foi relativamente o mesmo, quando houve crescimento de 49,2% da subocupação, enquanto a queda do mesmo nos dez meses posteriores foi de 30,8%. Com o crescimento total de sub-remunerados de 58,1% nos últimos 36 meses (de março de 2003 a março de 2006),[16] sua participação no total de ocupados tem se expandido de maneira não desprezível: esse contingente representava 8,6% da ocupação total em março de 2003, atingindo 12,5% em março de 2006 nas sete RMs.

A análise da ocupação desagregada por vínculos do trabalho nas sete RMs revela a presença de crescimento do emprego formal *vis-à-vis* a queda do informal. Os empregos com carteira têm crescido mais do que os sem carteira por 16 meses consecutivos,[17] na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Ao agrupar, como ocupação informal, os contingentes de empregados sem carteira – tanto do setor público quanto do privado – com os trabalhadores por conta própria (Gráfico 5), percebe-se a mudança estrutural do mercado de trabalho no que tange à evolução da ocupação. Desde novembro de 2004 os empregos com carteira dos setores público[18] e privado crescem mais do que os empregos informais. Com isso, os empregos com carteira vêm crescendo acima da ocupação total metropolitana, chegando ao pico de variação anual de 7,5% em maio de 2005. Porém, o crescimento do emprego com carteira teve algum arrefecimento, decorrente da menor variação anual da ocupação total.

A inclusão da RMC, região com a maior proporção de empregados com carteira no total da ocupação (50,9%) entre as sete RMs, não trouxe qualquer impacto significativo no

16. A comparação feita usando o mês de março como referência foi proposital, por esse ter sido o último mês antes do reajuste do SM.

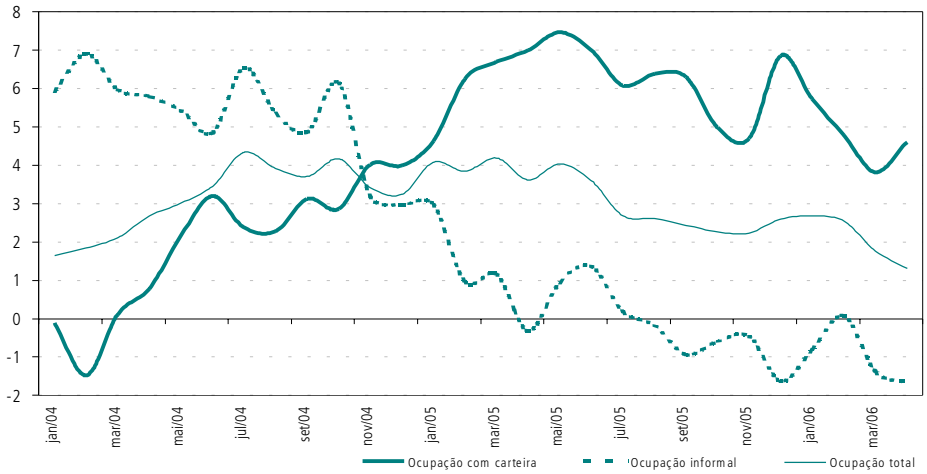
17. O início desse movimento foi em fevereiro de 2005, e já contando com os dados do mês de maio de 2006.

18. Neste exercício não foram incluídos os trabalhadores sob o RJU e os militares.

GRÁFICO 5

VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR VÍNCULO DO TRABALHO

[em % ante o mesmo mês do ano anterior nas sete RMs]



ritmo de crescimento das curvas delineadas no Gráfico 5, mas a existência da variação de empregos formais em velocidade acima do total da ocupação, também nessa RM, coincidiu com a tendência captada nas demais RMs, o que era de se esperar.

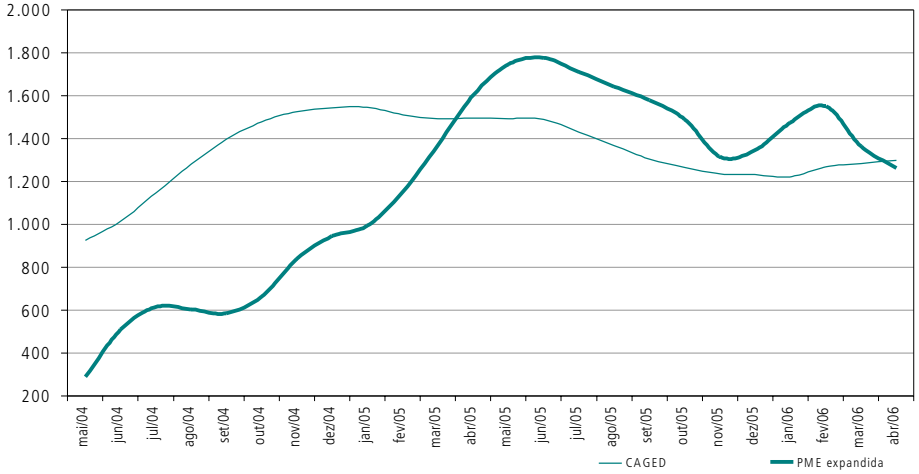
O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aponta evolução similar de expansão de empregos formais captada pela PME, apresentando, inclusive, algum arrefecimento – um pouco antes da PME – na criação de empregos celetistas no indicador acumulado em 12 meses. Em abril de 2006 o acúmulo de novas vagas celetistas do Caged foi de 1,3 milhão.

O Gráfico 6 mostra o fluxo de novos empregos acumulados em 12 meses em média móvel trimestral – para atenuar a volatilidade das séries – da ocupação do Caged e da ocupação com carteira das sete RMs da PME expandida em nível nacional.

GRÁFICO 6

VARIAÇÃO ABSOLUTA DO EMPREGO COM CARTEIRA NO ACUMULADO EM 12 MESES – VARIAÇÃO MÉDIA MÓVEL TRIMESTRAL

[em mil]



Essa ponderação foi feita com base na representatividade que o nível de empregos com carteira assinada da PME, das sete RMs, tem para todo território nacional (32,4%),[19] levantando-se a hipótese de que o Brasil fosse inteiramente metropolitano e possuísse as mesmas características estruturais do mercado de trabalho das sete RMs da PME analisado aqui.

Esse exercício traz algumas informações importantes: em relação ao crescimento do emprego celetista capturado pelo Caged, houve perda de ímpeto no final de 2004 – como dito anteriormente, enquanto o emprego com carteira nas sete RMs expandido em nível nacional continuou a registrar aceleração de crescimento até o segundo trimestre de 2005. O cruzamento das curvas de fluxo líquido de empregos celetistas do Caged e da PME expandida, em abril de 2005, pode significar que o emprego formal se deu de forma mais expressiva nas RMs do que no resto do país. Logo, o padrão de maior crescimento do emprego formal nas regiões não-metropolitanas do que nas metropolitanas, ocorrido na década passada, parece ter sido quebrado em 2005. Esse movimento pode ser devido, entre outras razões, ao menor dinamismo do setor de agronegócio com a valorização do câmbio.[20]

Todavia, o crescimento de empregos com carteira da PME expandida também passou a perder fôlego a partir de junho de 2005, fazendo com que as curvas do Caged e as da PME expandida voltassem a se tocar, em abril de 2006. Essa evolução diferenciada de empregos com carteira entre RMs e não-metropolitanas será confirmada, ou não, com as próximas publicações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), com informações mais detalhadas sobre a existência da mudança apontada pelo Gráfico 6.

Como indicado na Tabela 3, a adoção da RMC na análise conjunta do mercado de trabalho metropolitano não trouxe marcantes diferenças na evolução da ocupação por vínculos do trabalho.

TABELA 3
VARIAÇÃO ABSOLUTA DA OCUPAÇÃO POR VÍNCULOS DO TRABALHO
[em mil]

Períodos	Com carteira		Regime Jurídico Único		Sem carteira		Conta-própria		Total*	
	PME	PME7	PME	PME7	PME	PME7	PME	PME7	PME	PME7
1º trim./2005	126	162	6	17	-258	-262	-84	-93	-209	-176
Abr./ 2005	24	30	14	22	75	72	-112	-113	2	11
2º trim./ 2005	181	189	-23	-20	127	132	-17	-18	268	283
3º trim./ 2005	61	72	44	48	17	19	117	114	240	253
4º trim./ 2005	193	214	-4	-6	-7	-22	-29	-15	153	170
1º trim./ 2006	-98	-114	97	97	-196	-206	-110	-121	-307	-344
Abr./ 2006	109	106	-37	-40	-19	-6	-57	-60	-3	0

Fontes: IBGE/PME e Ipardes.

19. A representatividade nacional do emprego com carteira, calculada com o último dado disponível da Pnad 2004, é maior do que a ocupação total (incluindo o setor informal) das sete RMs da PME (24,7%) no mesmo período, dado o crescimento mais acelerado do emprego formal *vis-à-vis* expansão da ocupação como um todo.

20. Todavia, só um estudo mais aprofundado sobre esse tema revelará, com maior propriedade, as razões do movimento encontrado no Gráfico 6.

Verificou-se, porém, uma diferença na composição do crescimento do emprego protegido[21] metropolitano, tanto com ou sem a agregação da RMC, na análise dos primeiros meses do ano de 2006.

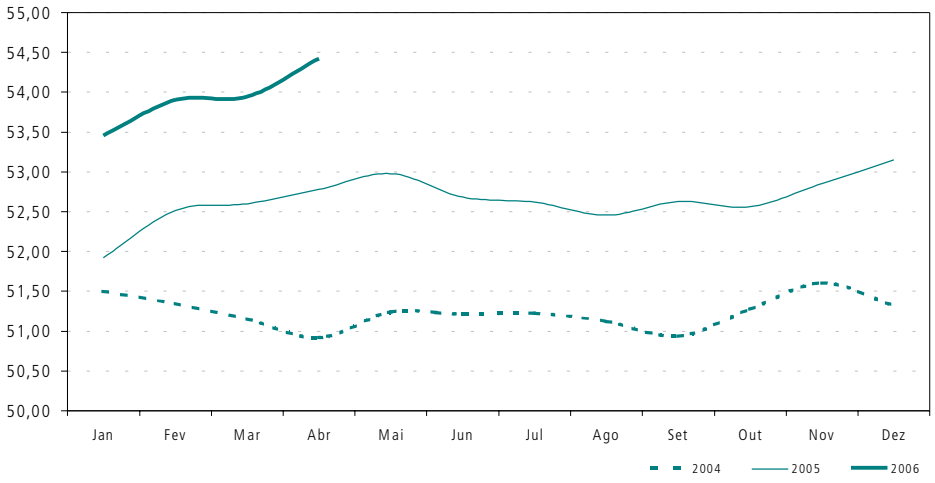
No primeiro trimestre de 2005 houve maior crescimento de empregos com carteira (162 mil) do que pelo RJU (17 mil), enquanto no mesmo período de 2006 esse movimento ficou invertido, de maneira que os empregos com carteira se reduziram significativamente (-114 mil) concomitantemente com a maior expansão das ocupações em RJU (97 mil). Esse quadro, em abril de 2006, novamente se alterou, com forte crescimento de emprego com carteira, em paralelo à queda de contratações em RJU. Mesmo caracterizando-se alternância de crescimento entre o emprego com carteira e pelo RJU, o resultado desse movimento tem sido a elevação da formalização dos vínculos do trabalho.

O maior crescimento de empregos formais nas sete RMs tem se dado de tal modo que em abril de 2006 o grau de formalidade[22] atingiu o maior patamar (54,4%)[23] registrado na nova metodologia da PME (Gráfico 7). A evolução da curva anual do grau de formalidade de 2006 revela o descolamento considerável dessa curva frente às curvas de 2005 e 2004, dado o crescimento da formalidade por seis meses consecutivos.

A presença de expansão do grau de formalidade nas RMs é um fato relativamente novo no mercado de trabalho brasileiro. Ao longo da última década houve queda da formalização dos vínculos trabalhistas em RMs concomitantemente com o crescimento desse indicador nas não-metropolitanas. A interrupção desse movimento poderá fazer com que a Pnad relativa a 2005 aponte nova elevação desse indicador, como ocorreu em 2004.

Os fatores mais importantes que estariam impulsionando o crescimento do emprego formal são a expansão das exportações – esse setor tende a contratar mais mão-de-obra

GRÁFICO 7
EVOLUÇÃO DO GRAU DE FORMALIDADE
[em %]



21. O emprego protegido foi considerado aqui como emprego com carteira e sob RJU.

22. Calculado pela divisão de empregos com carteira mais trabalhadores sob RJU pelo total da ocupação.

23. Indicador ligeiramente superior ao registrado nas seis RMs cobertas pela PME (54,1%), como informado na seção Panorama Geral. Isso ocorre porque a RMC é a região que tem a maior participação de empregos com carteira no total.

formal pelo grande conjunto de leis e barreiras que regulam esse mercado –, maior fiscalização por parte do MTE e a estabilidade econômica, uma vez que esta reduz a incerteza no horizonte de planejamento dos empresários. O menor crescimento em *quantum* das exportações torna incerta a continuação do impacto positivo do crescimento da formalidade, nos mesmos moldes que o ocorrido nos últimos dois anos.

A ocupação continua a mostrar maior crescimento para os mais escolarizados, enquanto aqueles com menor instrução são preteridos pelo mercado de trabalho, haja vista a maior concorrência na obtenção de uma oportunidade de trabalho e também pelo fato de a menor escolaridade estar, em algum grau, concentrada nas faixas etárias mais avançadas.

Analisando-se todo período disponível[24] da PME com as sete RMs, o contingente de ocupados com graus entre zero a três anos de estudo diminuiu à taxa média anual de 4,1% (sempre na comparação do mês ante o mesmo mês do ano anterior), resultando em queda de sua participação no total para 7,8% em abril de 2006 (Tabela 4). Retirando-se a RMC da análise, a queda anual média do mesmo contingente seria ligeiramente superior (-4,3%).

O contingente de ocupados com graus entre quatro a sete anos de estudo também registrou redução na média anual (-0,6%), embora em menor ritmo. Ao retirar a RMC do cálculo, a diminuição desse contingente seria 0,2 ponto percentual (p.p.) inferior, mudança estatisticamente nula.

Confirmando a existência da maior competitividade no mercado de trabalho, os contingentes com maior grau de escolaridade, ao contrário dos menos escolarizados, se beneficiam mais com a oferta de novos empregos. O grupo com oito a dez anos de estudos, no total das sete RMs, cresceu à taxa anual média[25] de 1,2%. Entretanto, como o crescimento desse contingente foi abaixo do total da ocupação (3%), sua participação perante o total acabou reduzida. Importante notar que nos últimos três anos a participação desse contingente ficou praticamente inalterada, sendo que a redução significativa de sua participação se deu apenas no período de 2003 a 2004, como apontado pela Tabela 4. A parcela da ocupação dos mais escolarizados está em situação muito mais confortável entre as demais, com crescimento em ritmo maior que duas vezes (6,9%) a taxa de expansão da ocupação total. Esse crescimento elevou sua participação para mais da metade de todos os ocupados nas sete RMs a partir de abril de 2005. Não houve ainda qualquer alteração significativa na evolução da ocupação por escolaridade no acumulado de 2006, mantendo-se a mesma tendência da apresentada no período desde 2003.

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR GRAU DE ESCOLARIDADE
[em %]

Períodos	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais
Abr./2003	9,4	24,3	19,6	46,7
Abr./2004	8,8	24,2	18,4	48,6
Abr./2005	7,9	23,1	18,5	50,5
Abr./2006	7,8	21,6	18,5	52,1

Fontes: IBGE/PME e Ipardes.

24. Desde janeiro de 2003.

25. Também na comparação ante o mês correspondente do ano anterior.

A ocupação por faixa etária também tem algumas características diferenciadas. A primeira delas diz respeito ao contingente de 10 a 17 anos de idade – cuja participação de ocupados perante o total passou de 2,7% em abril de 2003 para 2,2% em abril de 2006 (Tabela 5).

O contingente de ocupados com idade entre 18 e 24 anos passou a sentir maior dificuldade de ingressar no mercado de trabalho no início de 2006, com a queda de 1,5% na comparação com o mesmo período de 2005. De janeiro a abril de 2006 a queda da ocupação para esse grupo chegou a ser de 259 mil, o que representa 62% da queda total da ocupação no período.

Outro movimento notável ocorreu com o contingente de pessoas com idade entre 25 a 49 anos. Responsável por 64,1% de toda a ocupação, esse grupo foi o grande influenciador da desaceleração da criação de empregos total nos últimos meses. De meados de 2004 a maio de 2005 houve crescimento do emprego maior que a média para esse grupo no indicador acumulado em 12 meses, até atingir a marca de 647 mil novas vagas em maio de 2005, perdendo ímpeto nos meses seguintes. A variação de 1,8% da ocupação desse contingente no acumulado de 2006 – ante mesmo período do ano anterior – foi a menor expansão positiva de todos os contingentes listados na Tabela 5.

A ocupação do contingente de pessoas com 50 ou mais anos de idade, que estava crescendo também de forma mais acelerada de agosto de 2005 a fevereiro de 2006, também passou a perder fôlego nos meses seguintes. No entanto, no acumulado de 2006, ante o mesmo período de 2005, houve expressivo crescimento de 6,4%, o maior de todos os outros grupos.

TABELA 5
VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NAS SETE REGIÕES METROPOLITANAS
[em % – ante o mesmo período do ano anterior]

Período	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 49 anos	50 anos ou mais
Jan./abr. 2004	4,5	-0,7	2,0	4,6
Jan./abr. 2005	-17,3	2,6	4,0	8,5
Jan./abr. 2006	3,1	-1,5	1,8	6,4

Fontes: IBGE/PME e Ipardes.

DESEMPREGO

A agregação da RMC, possuidora de um mercado de trabalho relativamente mais inclusivo que o das demais RMs, não trouxe significativos impactos nos indicadores de desemprego, porém, ratificou o movimento de expansão mais modesta da ocupação e da PEA. A menor pressão vinda da PEA não é um movimento novo nas RMs, com a variação, ante o mesmo mês do ano anterior, abaixo de 2% desde março de 2005. A razão para o menor crescimento da PEA pode ser, no terreno da especulação, atribuída ao menor efeito do trabalhador adicional, presente em 2003. Nesse ano, o membro secundário familiar ingressou no mercado de trabalho para poder auxiliar nos rendimentos da família, dada a forte queda do poder aquisitivo dos trabalhadores no período.

O arrefecimento da PEA foi mais expressivo que o da ocupação, motivo pelo qual houve redução na taxa média anual de desemprego. A PEA passou a crescer em taxas anuais inferiores às da ocupação a partir de maio de 2004, mantendo-se nessa tendência desde

então (Gráfico 8).[26] No decorrer dos primeiros meses de 2006, o arrefecimento da ocupação foi ainda mais intenso que o da PEA. A velocidade de crescimento desses dois contingentes nos próximos meses ditará o ritmo de queda da taxa de desemprego.

Após o crescimento no primeiro trimestre do ano, normalmente a taxa de desemprego apresenta redução nos meses seguintes. Porém, tem havido diminuição da diferença das curvas anuais da taxa de desemprego entre 2005 e 2006 (Gráfico 9). Em janeiro, a diferença entre essas curvas era de 1 p.p., caindo para 0,4 p.p. em abril.

GRÁFICO 8

VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO E PEA

[em % – ante o mesmo mês do ano anterior]

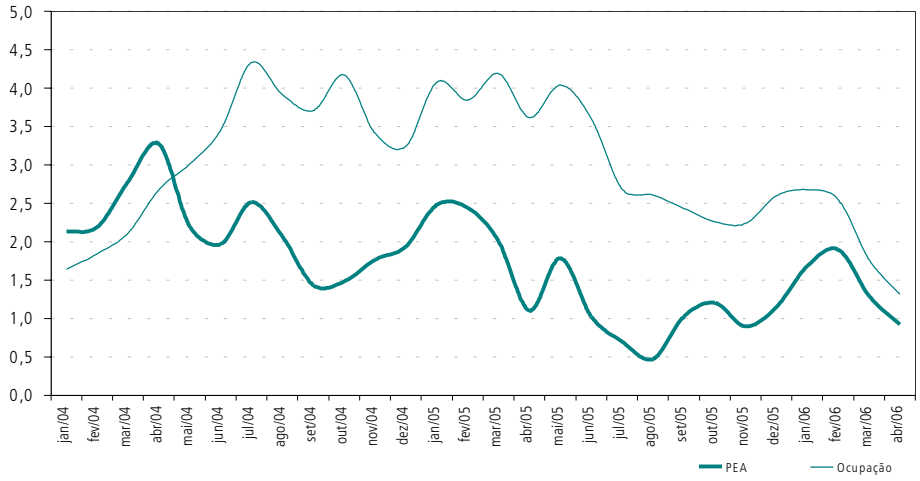
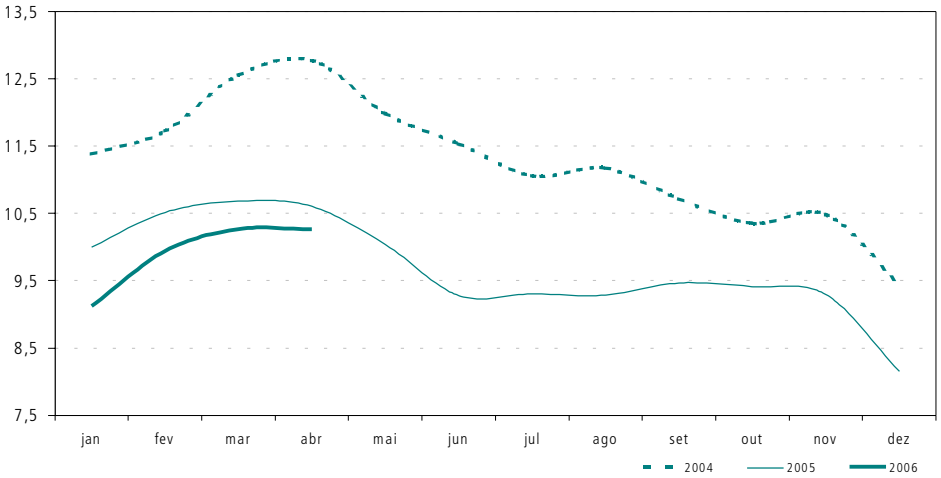


GRÁFICO 9

TAXA DE DESEMPREGO NAS SETE REGIÕES METROPOLITANAS

[em %]



26. A inclusão da RMC fez com que houvesse ínfimo recuo de 0,1 p.p. na taxa de desemprego, o que não significa mudança estatística.

RENDIMENTOS

Apesar de os rendimentos reais habitualmente recebidos na RMC serem menores que a média das seis RMs – em abril os rendimentos reais da RMC foram de R$ 976,30 –, sua inclusão na análise não alterou a tendência desse indicador na PME como um todo. Portanto, a análise dos rendimentos levará sempre em conta a inclusão da RMC.

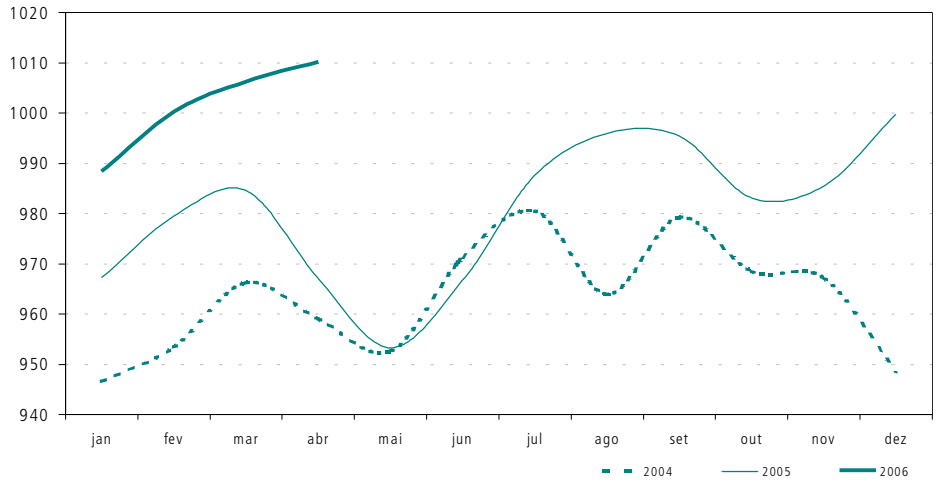
O crescimento de 0,4% dos rendimentos reais habitualmente recebidos em abril – para R$ 1.010,20 –, frente ao mês anterior, impulsionou a variação frente ao mesmo mês do ano anterior para 4,5%. A inflação bem controlada e a expansão de empregos com carteira, os quais proporcionam maiores rendimentos, são os principais responsáveis pelo crescimento da média dos rendimentos reais nas sete RMs. Interessante observar que as curvas de rendimentos reais dos anos de 2005 e 2004 registravam inclinação negativa no mês de abril (Gráfico 10), o que não ocorreu em 2006, originando um descolamento dessa curva em relação às demais.

Os rendimentos reais por posição na ocupação mostram evoluções no acumulado de 2006 bem distintas das apresentadas no mesmo período do ano anterior (Tabela 6). De janeiro a abril de 2005, o contingente que mais teve aumento nos rendimentos reais (na variação frente ao mesmo período do ano anterior) foi o de empregados sem carteira do setor privado (6,8%). No mesmo período de 2006 a variação da ocupação desse grupo passou a ser de 3,6%, redução para quase a metade. Já o contingente de empregados com carteira do setor privado que convivia com perdas em seus rendimentos reais no acumulado de 2005 – até abril – passou a ter variação positiva, de 1,6% no mesmo período de 2006.

O setor público, que oferece os maiores níveis de rendimentos médios reais, passou a registrar desempenho inferior no acumulado de 2006, quando comparado ao ocorrido no mesmo período do ano anterior. No entanto, a maior recuperação dos rendimentos ficou por conta do contingente de trabalhadores por conta própria, que saiu de uma queda de 0,4% de janeiro a abril de 2005 para a variação de 5% no acumulado de 2006.

A massa salarial efetiva[27] (Gráfico 11) atingiu em abril, ante março, a variação de 0,4%, tendo uma evolução similar ao dos rendimentos reais habitualmente recebidos no

GRÁFICO 10
RENDIMENTOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS
[em R$ de abril de 2006]



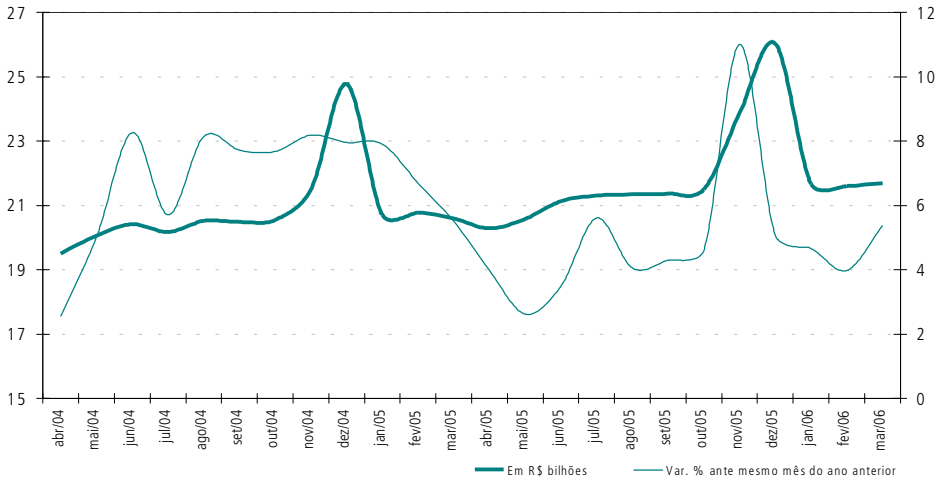
27. Calculada pela multiplicação dos rendimentos reais efetivos com o total da ocupação das sete RMs.

TABELA 6
VARIAÇÃO DOS RENDIMENTOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
[em %]

Períodos	Setor privado		Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira			
Média de 2004	0,2	-0,5	-1,9	-0,6	-0,3
Média de 2005	-0,8	5,0	3,9	2,4	1,8
Média jan.-abr./05	-1,4	6,8	4,6	-0,4	1,9
Abr./05	-2,4	4,9	4,9	-1,5	0,8
Mai./05	-1,2	-1,6	2,7	-2,4	0,1
Jun./05	-1,9	0,4	3,5	1,1	-0,5
Jul./05	-0,8	3,6	4,1	1,0	0,7
Ago./05	1,3	4,8	5,1	4,5	3,3
Set./05	0,0	0,8	2,3	6,5	1,7
Out./05	-1,1	7,0	1,1	3,8	1,5
Nov./05	-0,7	4,5	6,1	4,9	1,9
Dez./05	0,5	13,2	3,9	11,2	5,4
Jan./06	0,0	4,4	2,6	5,7	2,2
Fev./06	0,1	3,9	2,0	5,4	2,1
Mar./06	1,4	0,9	3,2	2,9	2,2
Abr./06	5,0	5,4	2,8	6,0	4,5
Média jan.-abr./06	1,6	3,6	2,6	5,0	2,7

Fontes: IBGE/PME e Ipardes.

GRÁFICO 11
MASSA SALARIAL REAL EFETIVA



mesmo período. Com isso a variação frente ao mesmo mês do ano anterior foi de 5% em março para 5,4% no mês seguinte. Em 2005 o crescimento anual da massa salarial se deu mais pelo crescimento da ocupação do que dos rendimentos reais efetivamente recebidos. Já no acumulado de 2006, apesar de a massa salarial ainda crescer quase nos mesmos níveis do período correspondente do ano anterior, sua expansão se deu mais pelo aumento dos rendimentos do que pela ocupação, já que esta última tem apresentado sensível arrefecimento no acumulado em 12 meses.